

A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA: A POSSIBILIDADE DA AUTONOMIA CAMPONESA NO ASSENTAMENTO CUNHA EM CIDADE OCIDENTAL, GO

THE AGROECOLOGICAL PRODUCTION: THE POSSIBILITY OF PEASANT AUTONOMY IN THE CUNHA SETTLEMENT IN CIDADE OCIDENTAL, GO

Edson Batista da Silva

Mestre em Geografia

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, UEG

edson_bat_silva@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar os projetos de produção agroecológica do Assentamento Cunha, além de apontar o resultado destes para as famílias assentadas, no que se refere ao controle dos insumos. Para isso foram realizadas pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com aplicação de entrevista estruturada e semi-estruturada. Além do uso de caderneta de campo e de máquina fotográfica, para registro das impressões das observações diretas em campo. Os resultados apontam que a territorialização da produção agroecológica ocorreu por meio do Programa da Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) e pelos Polos Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS), controlados pela Fundação Banco do Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) respectivamente. Esse processo resultou apenas numa autonomia relativa dos insumos, isso porque parte deles ainda é comprada. Com isso, a agroecologia para se realizar por completo esbarra nos limites que lhe impõe o capital.

Palavras-Chave: Agroecologia. Campesinato. Território. Assentamento Cunha. Cidade Ocidental, GO.

Abstract

This article aims to analyze the projects agroecological production in the Cunha settlement, besides indicating the result of them for settled families in regard to the control inputs. For this were conducted literature, documentary research and fieldwork, applying structured interviews and semi-structured. Besides the use of field notebook and camera to record the impressions of the direct field observations. The results show that the territorialization of agroecological production occurred through the Integrated Production and Agroecology Sustainable Program (PAIS) and by the centers Irradiators Management of Agrobiodiversity (CIMAS), controlled by the Bank of Brazil Foundation and the Movement of Landless Rural Workers (MST) respectively. This process resulted in only a relative autonomy of inputs, because part of it is even purchased. With this, agroecology to perform entirely collide the limits it imposes by the capital.

Keywords: Agroecology. Peasantry. Territory. Cunha Settlement. Cidade Ocidental, GO.

Introdução

Este artigo é parte da pesquisa de dissertação de mestrado, defendida no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. A intenção foi analisar os projetos de produção agroecológica do Assentamento Cunha, assim como de apontar o resultado destes para as famílias assentadas no que tange ao controle dos insumos. Parte do pressuposto teórico-metodológico de que há uma disputa territorial no Cerrado, reafirmada por Calaça; Chaveiro (2012), quando defendem a disputa entre a agricultura camponesa e a monocultura no Cerrado, além da compreensão de território de Raffestin (1993) como o produto das relações de poder entre os atores sociais. Nesse ínterim, se há a disputa por projetos de campo entre atores, representados pelos monocultivos de um lado e pela agroecologia do outro, qual foi a contribuição dos projetos de produção agroecológica para a construção da autonomia camponesa no Assentamento Cunha?

O recorte espacial nesse assentamento se justificou pela existência das experiências agroecológicas do CIMAS e do PAIS. Quanto ao recorte temporal, se concentrou no período de 2000 a 2013, período em que ocorreu a consolidação destas experiências. No entanto, mesmo assim, algumas inferências foram realizadas em momentos anteriores. Mas o certo é que para responder as indagações, se procedeu a pesquisa bibliográfica, documental e a da pesquisa de campo, com coleta de dados primários e informações. A princípio se definiu que seriam realizadas entrevistas com as sessenta e duas famílias. No entanto, durante o desenvolvimento do trabalho uma delas se negou a prestar informações, com isso foram entrevistadas sessenta e uma famílias.

A entrevista ocorreu na modalidade estruturada, com formulário previamente elaborado. Ao mesmo tempo, sempre se tinha em mãos a caderneta de campo, para anotar informações e dados primários, assim como a máquina fotográfica, para registro das impressões das observações simples, diretas, em campo. Ademais, foram eleitos interlocutores, para a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, os presidentes das duas associações presentes no assentamento e membros do grupo coletivo “Eldorado dos Carajás”. As entrevistas foram desenvolvidas entre dezembro de 2012 e junho de 2013. E como no decorrer da pesquisa se notou a importância do MST no assentamento, foi aplicado um questionário com uma liderança da Via Campesina/MST nacional, para abordar a questão referente ao projeto de produção agroecológica adotado pelo movimento.

Dessa forma, os dados e informações foram tabulados e apresentados em gráficos, fotos, tabelas, fluxogramas e no próprio desenvolvimento do texto. Na apresentação das falas não se mencionou o nome dos entrevistados, adotou-se nomes fictícios, tendo em vista a preservação da integridade destes. Já as declarações foram expostas, porque se teve autorização dos interlocutores. Contudo, em determinados depoimentos sequer o nome fictício foi utilizado, mas sim a denominação liderança ou membro.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira a discussão se vincula as categorias campesinato e agroecologia, enquanto na segunda as reflexões se vertem para os projetos de agroecologia presentes no Assentamento Cunha, já na terceira as análises se relacionam à importância desses projetos para o controle dos insumos. Desse modo, nas próximas páginas a análise se voltará para as categorias campesinato e agroecologia.

Campesinato e agroecologia: reflexões teóricas para a análise da realidade concreta

De acordo com Ehlers (1996), a agroecologia aparece na literatura em 1920, posteriormente se torna na Agronomia uma disciplina científica e em 1980 se fortalece como antítese à “Revolução Verde”. Entre as diferenças daquela, quando comparada a outras vertentes da agricultura orgânica, está a preocupação com os aspectos políticos, econômicos e culturais. Segundo Altieri (2012), ela é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Como ciência se baseia na Ecologia, para o estudo, desenho e manejo dos agroecossistemas. Para o autor, a agroecologia não deve se restringir à dimensão técnica. Ortega; Miranda *et al.* (2009) se aproximam dessa compreensão, a afirmam como um conhecimento interdisciplinar.

Já Machado (2009) concebe a agroecologia como a agronomia da década de 1940. Para ele esse modelo se contrapõe à agronomia convencional e adota como princípios: a dialética na relação sociedade/natureza, o respeito aos tempos da natureza, à não vinculação apenas aos aspectos técnicos, mas também aos elementos políticos, econômicos e culturais. Caporal (2009), entretanto a entende como enfoque científico holístico, interdisciplinar, complexo. Costa Neto (2009) também compreende a agroecologia como enfoque teórico metodológico interdisciplinar, antagônico à “Revolução Verde” e que considera os aspectos sócio-culturais.

Molina (2009), todavia, adverte que as discussões da agroecologia têm privilegiado a técnica, em detrimento dos aspectos político-econômicos. Assim defende

a necessidade de fortalecer a agroecologia política, pois nenhuma forma de produção escapa às relações de poder, sendo determinada por elas. De acordo com Guhur; Toná (2012) há duas escolas de agroecologia, uma de matriz americana, que privilegia a dimensão técnica, outra de origem europeia, que se centraliza nos aspectos sociais. Molina (2009) pertence à última, por isso é representativo no seu debate à discussão da sustentabilidade na agricultura, questionando quem a realiza, como e para quem.

O fato é que as definições de agroecologia são divergentes, há uma disputa de seu conceito. Compreende-se que reduzi-la a aspectos técnicos a torna similar à agricultura orgânica de mercado. Nesse sentido, como afirmam Guhur; Toná (2012), a agroecologia precisa ser entendida como uma prática social, ou seja, uma práxis fundamental para a construção de outro modelo de agricultura e conseqüentemente de sociedade. A questão é que ao se sustentar em princípios e conceitos como a agrobiodiversidade se aproxima dos interesses do campesinato. Neste sentido, qual é a relação entre a agroecologia e o campesinato? O campesinato aparece no debate clássico nas correntes teórico-metodológicas do anarquismo, do marxismo ortodoxo e do marxismo heterodoxo. No marxismo Fabrini; Marco (2010) declaram que Marx (1818-1883) quando jovem, teve posições favoráveis aos camponeses ao vê-los em condições miseráveis. Mas a possibilidade histórica da revolução socialista em 1848, em que os camponeses franceses se negaram a pegar em armas, o fez rever sua posição.

O entendimento de Marx sofreria nova mudança, notória na carta a Vera Sassulitch de 1881 (2005), em que aponta para as possibilidades socialistas da comuna rural e regeneração da sociedade russa. Mesmo assim, os teóricos da corrente ortodoxa defendem a extinção do campesinato com o desenvolvimento capitalista. Kautsky (1998) está entre os autores utilizados por eles, e de fato ele defende a superioridade da grande propriedade em relação às propriedades camponesas. Não obstante, Guzmán; Molina (2005) também advertem que esse autor menciona as resistências camponesas às pressões dos grandes estabelecimentos e do Estado. De acordo com eles, consolidou-se nos ortodoxos a definição do camponês como resíduo histórico.

O camponês apareceu nas políticas socialistas tutelado, conduzido por uma vanguarda. Mas a corrente heterodoxa marxista tem divergências com a posição da escola anterior. Luxemburgo (1985) defende a existência de uma lacuna na teoria marxista, ao considerar que o capitalismo necessita de formas não capitalistas de produção para se

desenvolver. “[...] o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não capitalistas” (LUXEMBURGO, 1985, p. 250). Essa autora estabeleceu as bases para a concepção da subordinação camponesa ao capital. Vergés (2011), por exemplo, declara que o campesinato é explorado por diversos caminhos, tanto na compra de meios de produção e dos bens de consumo, quanto na venda de mercadorias ou força de trabalho. Contudo, essa corrente desvalorizou o aspecto revolucionário desse ator social, tese mencionada por Shanin (2005). Segundo este autor, as contradições do capital levam o campesinato a se constituir em classe para si, ele existe na consciência e na ação política direta de seus membros.

Visto que a ação revolucionária do camponês já era defendida pelos anarquistas agrários, como Kropotkin (1842-1921) e Bakunin (1814-1876), e por narodnistas russos (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Não obstante, esse sujeito social também possui um modo de vida. Segundo Woortmann (1990), três categorias culturais são fundamentais para entendê-lo: a terra, a família e o trabalho. Dentro dessa tríade, há relações de reciprocidade, como esclarece o autor: “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família (WOORTMANN, 1990, p. 23)”.

No entanto, no debate da subjetividade Bourdieu (1983) declara que ela não é estática, mas o resultado da relação entre a interioridade e a exterioridade. Nesse contexto, Almeida (2006) afirma que o conceito de *habitus* expressa melhor a identidade camponesa, já que substitui a concepção da tradição estática pela ideia da tradição dinâmica. Portanto, o *habitus* de classe determina o modo como os camponeses representam a vida e estabelecem relações com outros atores sociais. Embora neste artigo interessa-nos o camponês como um sujeito da agroecologia:

Desde uma perspectiva agroecológica... [...] o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando assim distintos graus de camponesidade. (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 78).

Guzmán; Molina (2005) complementam que esse sujeito social mantém os pilares de reprodução biótica dos recursos naturais. Compreende-se que o camponês é um sujeito social por inteiro, que ainda mantém um metabolismo com os diferentes biomas que

ocupa, gerando processos coevolutivos de produção agrícola. Há limites no conhecimento camponês, mas como destaca Shiva (2003), negligenciá-lo acarreta na invisibilidade deste sujeito social. Desse modo são esses aportes teórico-metodológicos que permitem considerar o campesinato como o sujeito da produção agroecológica. Diante disso, no próximo item serão evidenciados projetos de produção agroecológica que se territorializaram no Assentamento Cunha, na Cidade Ocidental em Goiás.

Os Projetos de Produção Agroecológica no Assentamento Cunha

O fortalecimento de práticas agroecológicas pode resultar da ação organizada de movimentos sociais camponeses. Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teve um processo de aproximação histórica com a agroecologia. Correia (2007) declara que na década de 1970, o MST e o movimento de agricultura alternativa foram gestados no interior de organizações de contestação à ditadura militar e à agricultura convencional. Na primeira fase, de 1984 a 1994, o debate sobre a agroecologia no MST era frágil, a preocupação era se legitimar junto à sociedade. No entanto, Correia (2007) destaca que nesse período o MST se aproxima desta perspectiva de produção para o campo, pela criação dos Centros de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAPs). Além disso, a viagem de dirigentes do movimento a Cuba, também os colocou em contato com princípios e conceitos agroecológicos.

No período de 1995 a 2000, o debate se aprofundou no MST e Correia (2007) relata que as primeiras ações em 1996, para a adoção da produção agroecológica foram: a criação de centros de formação nos assentamentos, o incentivo às famílias assentadas para o plantio de árvores e pomares e a instalação de experiências agroecológicas com hortaliças, entre outras. A preocupação com a independência das sementes levou à criação da Empresa de Sementes Ecológicas do MST (BIONATUR). As experiências pós-1995 permitiram o debate e estabelecimento de parcerias. Correia (2007) afirma que o movimento, no seu IV Congresso, passa defender a agroecologia com a formação de lideranças, da definição das estratégias de ação e da discussão transversal do tema.

Para o desenvolvimento dos assentamentos propôs a gestão coletiva do território, dos recursos próprios e da titulação coletiva da terra, além da formação de pequenos grupos cooperados, assim como fortaleceu o projeto de independência das sementes, com a rede nacional de sementes. É relevante dizer que, no Coletivo Nacional de Meio

Ambiente o movimento defendeu o manejo da agrobiodiversidade, a diversificação produtiva, o planejamento territorial, a promoção da educação do campo e da saúde nos assentamentos. Para isso se instituíram os CIMAS, a Rede de Pesquisa em Agroecologia e o Programa de Formação de Dirigentes em Agroecologia.

A análise de Correia (2007) se assemelha ao relato de Tomaz, integrante da Via Campesina/MST: “Podemos falar que a agroecologia emerge como resultado de múltiplos determinantes, contradições internas e externas ao próprio MST e que essa emergência não se dá como ruptura, mas de forma heterogênea e periférica. Muitos acampamentos e assentamentos possuíam militantes que, em seu histórico de vida, adquiriram conhecimentos sobre agricultura alternativa (nas décadas de 80 e 90 assim eram chamadas as práticas agrícolas sustentáveis), principalmente os que vieram das Comunidades Eclesiais de Base e os que vieram de universidades de Agronomia. Outros tantos acampamentos e assentamentos possuíam articulações progressistas, como APTA, ASPTA, FASE, Centro Ecológico IPE, ou com pesquisadores e extensionistas da EMBRAPA ou do sistema EMATER, onde foram desenvolvidas práticas de agricultura orgânica, ecológica, biodinâmica, e alternativa.

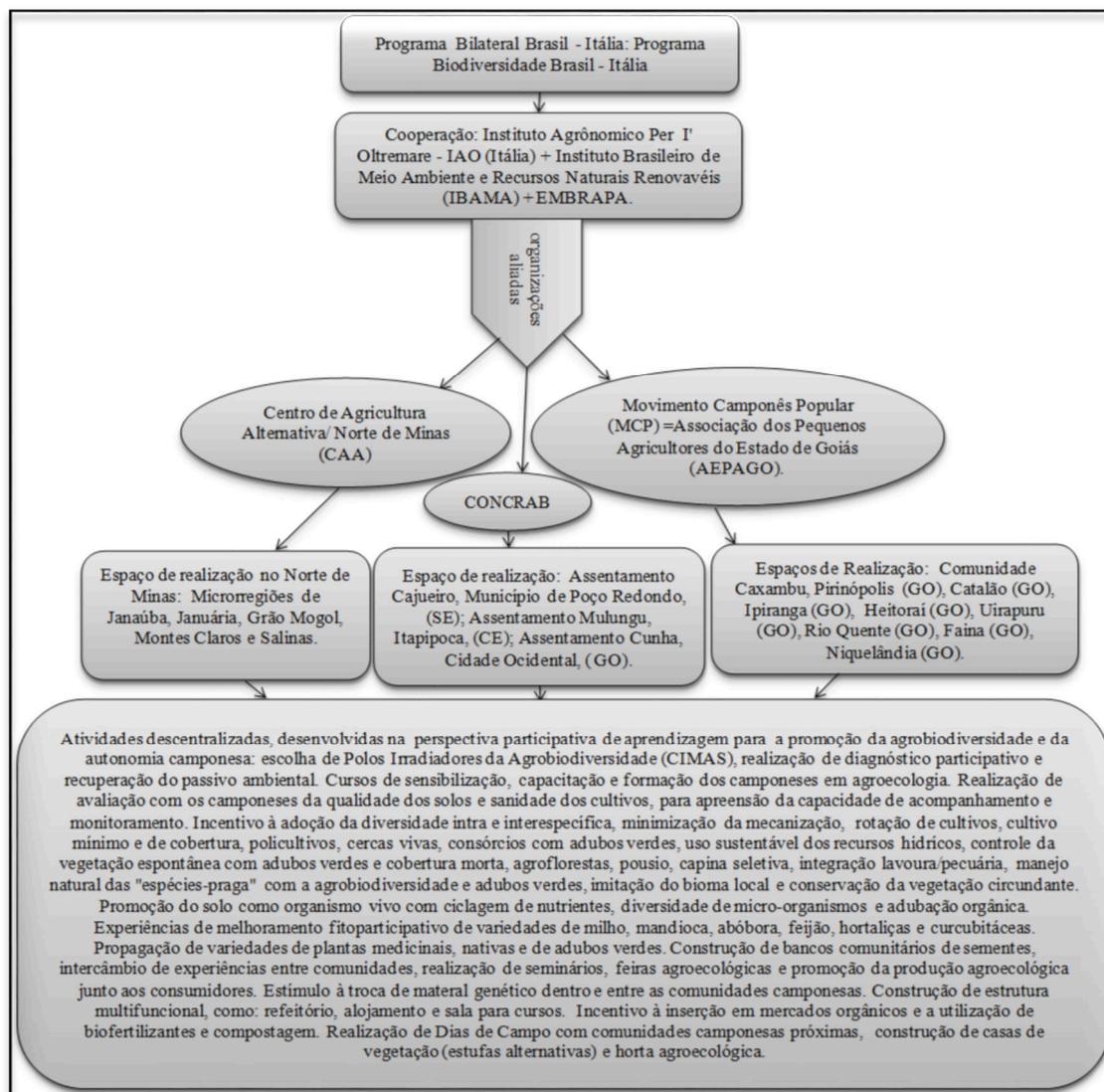
Essa realidade concreta se soma a uma grande crise das principais experiências produtivas do MST ao longo da década de 90. Essas experiências, baseadas em Cooperativas de Comercialização Agrícola (CPAs), estavam pautadas na utilização da matriz tecnológica industrial, produzindo principalmente grãos e com utilização de insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos). Com a quebra destas experiências, promovida pela pressão do governo FHC, mas também pela incompatibilidade deste pacote produtivo com a agricultura camponesa, abriu-se uma brecha para o debate sobre a Agroecologia, uma vez que as experiências internas do movimento já vinham mostrando resultados, e experiências externas, inclusive de outros movimentos camponeses de diferentes países, também apontavam para a viabilidade da alteração da matriz tecnológica. Assim, o MST gestou a discussão sobre a matriz tecnológica dos assentamentos a partir de 1998 e até o V congresso nacional (2007), quando então assumiu efetivamente a agroecologia como única alternativa de viabilidade e autonomia relativa para os assentamentos” (QUESTIONÁRIO APLICADO PELO AUTOR NO DIA VINTE E QUATRO DE MAIO DE 2013).

No Assentamento Cunha, resultado da luta organizada pelo MST, a experiência agroecológica no coletivo “Eldorado dos Carajás” teve início em 2000. Segundo Correa; Machado (2011), nesse período ocorreu a aproximação do pesquisador da EMBRAPA Cerrados, Altair Toledo Machado dos integrantes do coletivo, para desenvolvimento de campos de produção de sementes. O Assentamento Cunha se formou no momento em que o MST amadureceu a crítica à matriz tecnológica do agronegócio. A experiência desenvolvida no coletivo “Eldorado dos Carajás” foi resultado da articulação da direção nacional/regional do MST do Distrito Federal e Entorno com a EMBRAPA.

Assim, o Assentamento Cunha deveria ser referência de produção agroecológica para a Microrregião do Entorno de Brasília, Tomaz afirma: “O Assentamento Cunha desde o início recebeu o apoio do Escritório Nacional do MST em Brasília, subordinado à Direção Nacional do MST. Assim, a parceria entre o Cunha e a EMBRAPA foi fruto da articulação conjunta do MST nacional com o MST/DF e Entorno, a fim de criar um assentamento de referência agroecológica nas proximidades da capital federal. Essa iniciativa fez parte de uma discussão tomada por todo o conjunto do MST de desenvolver os “novos” assentamentos a partir do que já havíamos acumulado de reflexões e avanços. O planejamento do assentamento começava desde a divisão dos lotes (em sistema de Raio de Sol, por exemplo), passando pela discussão de áreas coletivas, áreas sociais, sistemas produtivos adequados, cooperação e agroecologia”.

Contudo, essa experiência também foi resultado da pressão dos movimentos sociais por políticas públicas. No fluxograma 1 demonstra-se isto correlacionado ao projeto Brasil-Itália, construído por alianças entre atores, com a consequente formação de uma rede política em defesa da agroecologia. O território-rede permitiu a apreensão de conceitos e princípios agroecológicos, tanto pelos camponeses do Assentamento Cunha, quanto por outros camponeses instalados em outras partes do Brasil. Também corroborou na formação do “novo” camponês e na difusão de práticas agroecológicas. Assim como possibilitou a construção de redes locais camponês-camponês de troca de sementes e o intercâmbio de conhecimento intra e intercomunidades camponesas. Ademais, houve o aprimoramento de pesquisas de melhoramento com caráter fitoparticipativo. Como as experiências seguiram a perspectiva do CIMAS, a difusão da agroecologia e da agrobiodiversidade, alcançou maior abrangência territorial do que aquela apresentada no fluxograma 1.

Fluxograma 1 – Rede Política estabelecida para a realização do Programa de Biodiversidade Brasil – Itália-2013

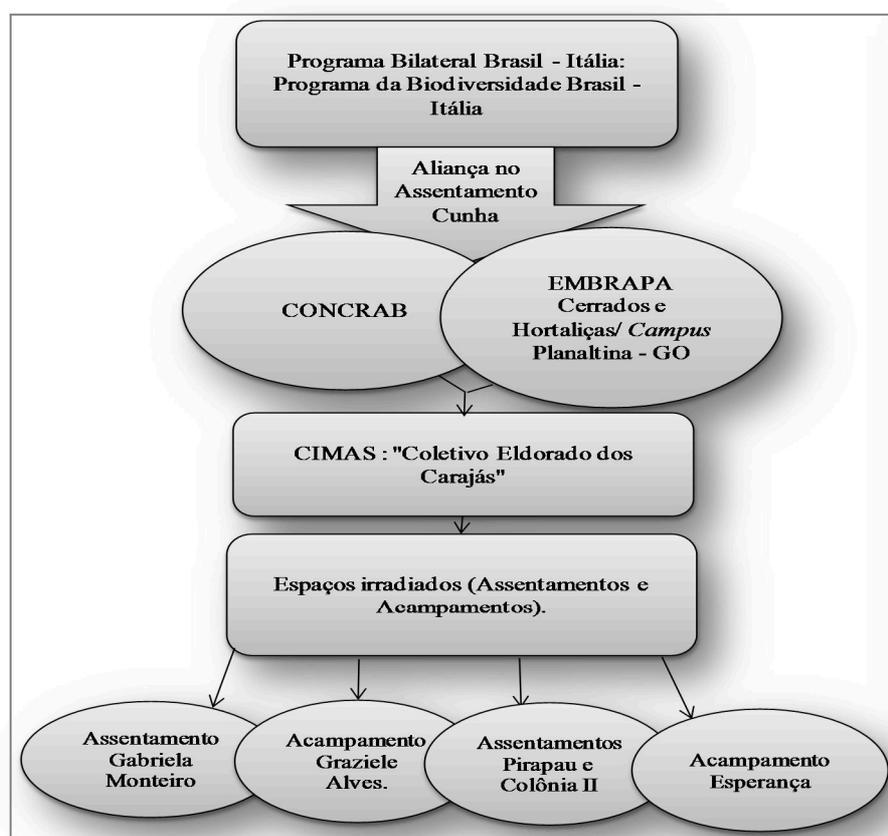


Fonte: MACHADO; MACHADO *et al.* (2011). Organização: SILVA, Edson B. da.

Na experiência agroecológica do coletivo “Eldorado dos Carajás”, o intuito era propagar conceitos e técnicas agroecológicas para assentamentos instalados no Entorno de Brasília e no Noroeste de Minas Gerais. Nesse sentido, um dos membros do coletivo descreve: “É, aqui funcionou como um polo irradiador. Então esse projeto foi um polo irradiador, a experiência começou aqui, daqui ela foi irradiada pra outros locais”. (MEMBRO DO COLETIVO “ELDORADO DOS CARAJÁS”, ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR NO DIA VINTE E QUATRO DE MAIO DE 2013). No fluxograma 2 se observam os espaços irradiados com o CIMAS instalado no coletivo “Eldorado dos Carajás”. Fica claro que a estratégia política foi partir de um território

contínuo, tendo em vista o desdobramento em territórios-rede.

Fluxograma 2 – Espaços irradiados pelo CIMAS instalado no Assentamento Cunha – 2013



Fonte: MACHADO; MACHADO *et al.* (2011). Organização: SILVA, Edson B. da.

Também as redes locais camponês-camponês possibilitaram a consolidação desta produção no interior dos espaços participantes. Os participantes da experiência no Assentamento Cunha, membros de outros assentamentos e acampamentos da Microrregião do Entorno de Brasília e do Noroeste de Minas Gerais difundiram o manejo da agrobiodiversidade em seus territórios. Correa; Machado (2011) destacam que as visitas a cursos e Dias de Campo entre outras ações de capacitação e formação, permitiram aos camponeses do assentamento Gabriela Monteiro, do Pirapau, do Colônia II e dos acampamentos Esperança e Grazielle Alves incorporar em seus territórios as práticas de manejo da agrobiodiversidade.

Correa; Machado *et al.* (2011) esclarecem que no Assentamento Cunha o Projeto da Biodiversidade Brasil-Itália foi desenvolvido entre 2005 e 2009, possibilitou a

construção de uma infraestrutura multifuncional, composta por refeitório, alojamento e sala para cursos. Além disso, foram desenvolvidos campos de produção de variedades de sementes de milho, abóbora, mandioca, banana, feijão e hortaliças orgânicas. Machado; Machado *et al.* (2011) acrescentam que foram adotadas variedades de adubos verdes.

As ações de sensibilização, formação e capacitação desse projeto difundiram novas práticas agroecológicas para as famílias assentadas. Todavia, o conflito do grupo coletivo “Eldorado dos Carajás” formado por 14 famílias vinculadas ao MST, com os membros da “primeira associação”, constituída por 48 famílias e atreladas a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), dificultaram a consolidação da produção agroecológica para as sessenta e duas famílias que formam o assentamento. Um dos membros da “primeira associação” aponta: “Na verdade o grupo Carajás começou com a discussão da produção agroecológica no assentamento. Nós, com o advento do PAIS tivemos uma expansão. Na primeira etapa tivemos dezoito famílias, depois mais treze e depois mais oito. Já veio com essa orientação agroecológica por meio da Fundação Banco do Brasil. Ela deu orientação por dois anos”. (MEMBRO DA PRIMEIRA ASSOCIAÇÃO, ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR NO DIA VINTE E QUATRO DE MARÇO DE 2013).

Machado; Machado *et al.* (2007), contudo, mencionam a formação de um grupo de aproximação do coletivo “Eldorado dos Carajás”, que envolveu dezenove famílias vinculadas à CONTAG. O certo é que a produção agroecológica no assentamento também se territorializou pela via institucional, por meio do PAIS, instalado pela Fundação Banco do Brasil. Essa organização surgiu em 1988, vinculada ao Banco do Brasil, tendo como objetivo contribuir para a solução dos problemas sociais do país. No que se refere ao PAIS, a Fundação menciona que a implantação se iniciou em 2005. Atualmente o projeto está territorializado em 21 estados das regiões do país. Para a Fundação Banco do Brasil (2013), com o PAIS os pequenos agricultores desenvolvem a agricultura sustentável, com a independência de insumos e abolição dos agrotóxicos. Além do que, entende que o programa extrapola a questão técnica, visto que no processo de territorialização há a doação de um kit, composto por caixa d’água, telas, arames, mudas de hortaliças, dez galinhas e um galo, equipamentos de irrigação, dentre outros componentes e, também são desenvolvidos cursos com as famílias camponesas.

No Assentamento Cunha os assentados destacaram os cursos de permacultura, minhocultura, mandala e sistemas agroflorestais e receberam cartilhas específicas de orientação. A análise delas apontou aspectos importantes desse projeto de produção agroecológica. Como a difusão da agroecologia que ocorre por meio de um multiplicador, geralmente um técnico agrícola. A cartilha de Prática da Agroecologia (2013) critica o modelo convencional de agricultura, mas o afirma como responsável pela produção de alimentos no Brasil.

A agroecologia aparece como alternativa, filosofia individual e resultado da adoção de práticas das agriculturas alternativas, sendo o PAIS fruto de elementos da agricultura orgânica e da permacultura. Esta cartilha incentiva a adubação orgânica e orienta a produção de compostagem, biofertilizante e o uso de espécies vegetais como adubo verde. Também defende a adoção de práticas agroecológicas, como os métodos alternativos de controle das “espécies-praga”, portanto, se concentra nos aspectos técnicos da agroecologia.

A Cartilha Associativismo e Cooperativismo Solidário (2013), defende a cooperação e a associação como formas de organização para a produção agroecológica. Com isso apresenta os princípios e os valores seguidos para o sucesso da cooperação, a diferença das cooperativas para as associações. É contraditória nessa cartilha a defesa da fundação das cooperativas com quotas de participação desiguais. Já na Cartilha Comercialização (2013), se defende o comércio solidário e os elementos que potencializam essa atividade. Advoga a melhoria da qualidade, da aparência e da embalagem dos produtos orgânicos. Há uma preocupação com a profissionalização dos camponeses, vinculada à posição acrítica à agricultura orgânica, voltada apenas para determinados nichos de mercado, afirma-se ainda que o consumo de produtos orgânicos é fruto da escolha dos consumidores e que as unidades PAIS devem vendê-los para quem pode pagar. Também se atribui aos agricultores o insucesso da comercialização, devido a não aplicação dos conceitos de comercialização.

Esta cartilha orienta a utilização de canais de comercialização direta e indireta, com a entrega de produtos para cooperativas agroindustriais. A preocupação é tornar o camponês um empresário do mercado orgânico, vinculado aos segmentos de alta renda. Nela conceitos como autogovernança local e autogestão, conforme as políticas neoliberais, estimulam os agricultores a se responsabilizarem sozinhos pela produção

agroecológica. A defesa do camponês como empresário profissional é evidente na Cartilha Gestão do Sistema Produtivo (2013). O sucesso do PAIS é fruto da organização local das famílias, da gestão eficiente, do planejamento e do controle do processo produtivo. A propriedade individual assume centralidade.

A Cartilha Empreendedorismo Solidário (2013) também reafirma a profissionalização do agricultor. A economia solidária torna-se uma alternativa dentro do capitalismo, porque resolve o problema da exploração com a inexistência de patrões. Há uma concepção de autodeterminação da economia solidária e a precariedade das políticas públicas é entendida apenas como desafio; eximindo o Estado de responsabilidades. A cartilha reforça o poder dos atores locais, sem considerar a relação de escala em que se situam. No Quadro 1 se observa que a concepção de agroecologia do PAIS tem características opostas à do MST. A primeira defende uma descentralização estratégica sobre a ausência de autogovernança e responsabiliza as famílias pelas dificuldades de territorialização da proposta, reproduz a perspectiva neoliberal da produção orgânica nos assentamentos. Além de uma inserção acrítica no sistema capitalista, com a intermediação do Estado para a formação de uma classe média rural. A segunda é parte do projeto político do movimento, de resistência ao agronegócio e da luta pela superação do capitalismo.

No Assentamento Cunha a proposta do MST perdeu força, devido ao desmembramento territorial do coletivo “Eldorado dos Carajás”, hoje com apenas quatro famílias. Já a proposta de produção agroecológica do PAIS, inicialmente, enfrentou problemas, principalmente com a assistência técnica e a comercialização. Mas com o acesso aos programas de compras institucionais houve a retomada. O fato é que para quatorze famílias do coletivo “Eldorado dos Carajás” e para trinta e nove integradas do PAIS, a territorialização da produção agroecológica aconteceu pelas experiências articuladas pelo MST e pela Fundação Banco do Brasil. No próximo item será destacada a importância deste processo para o controle dos insumos.

Quadro 1 – Município de Cidade Ocidental – Assentamento Cunha - Concepções de Agroecologia das organizações atuantes no assentamento – 2013

Variáveis analisadas	Concepção do MST	Concepção institucional (Fundação Banco do Brasil).
Produção do território.	Titulação coletiva da terra e gestão coletiva do território e de seus recursos.	Assentamentos baseados na propriedade privada da terra.
Concepção de camponês.	Construção do camponês nos princípios socialistas.	Construção do agricultor familiar.
Formação para promoção da agroecologia	Formação de técnicos próprios e controle da assistência técnica. Construção dos Centros de Formação e CIMAS. Promoção da educação no/do campo. Alianças com organizações (ONGs, setores da EMBRAPA, Universidades e ASPTA); Expansão da Bionatur Inserção na ANA e na ABA. Criação do programa de formação do MST e da Rede de Pesquisa em Agroecologia.	Por meio do multiplicador (técnico agrícola), com cartilhas de orientação.
Controle dos Insumos	Defesa de autonomia do adubo, das formas de manejo naturais da “espécies-praga.” Defesa do controle/domínio das sementes, por meio dos bancos de sementes locais e da Bionatur. Luta política contra legislações desfavoráveis ao campesinato e por produção própria de tecnologias agrícolas.	Orientação para a produção própria de adubos, recuperação do solo e de controle naturais, defesa da policultura. Não há orientação para a autonomia das sementes e máquinas agrícolas.
Controle de canais de comércio	Construção de grupos cooperados, associados com controle da cadeia produtiva. Formação de agroindústrias camponesas. Luta pela ampliação de canais de comercialização direta (vendas institucionais, vendas a domicílio, feiras livres etc.). Luta pelo controle/domínio da certificação. Aliança com os trabalhadores da cidade em defesa da Soberania Alimentar.	Formação de grupos cooperados e associados, segundo os princípios da economia solidária; Inserção nas cadeias produtivas de produção orgânica; Canais de comercialização direta (feiras livres de produtos orgânicos, vendas a domicílio, vendas na propriedade, lojas de agricultores etc.). Canais de comercialização indireta (venda a cooperativas agroindustriais e comércio orgânico); Promoção do turismo rural; Certificação orgânica para acesso ao preço diferenciado.
Respeito à cultura	Cultura como arma política, os saberes camponeses são parte da agroecologia.	A cultura dos agricultores familiares porta saberes.
Dimensão política	Permite a Soberania Alimentar e fortalece os assentamentos como arma política. É parte da luta pela sociedade emancipada.	Permite a segurança alimentar e a inserção favorável no mercado.

Fonte: Pesquisa de campo/2013, Questionário aplicado à liderança da Via Campesina/MST – 2013, Correia (2007), Martins (2012), Guhur; Toná (2012), Cartilhas da Fundação Banco do Brasil (2013). Organização: SILVA, Edson B. da – 2013.

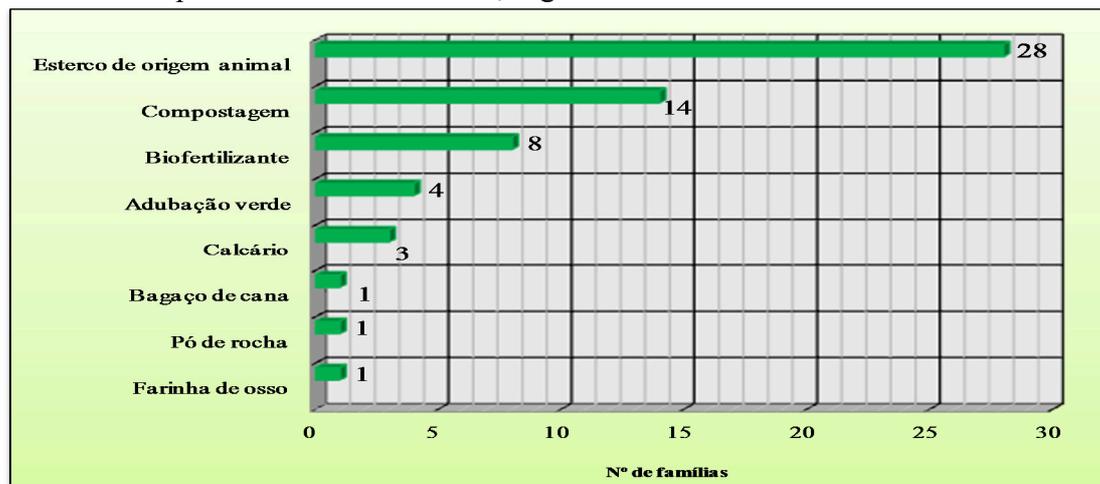
A Produção agroecológica no Assentamento Cunha: o controle dos insumos

Segundo os assentados entrevistados, as ações da EMBRAPA/MST, assim como de outras organizações e da rede local camponês-camponês promoveram a difusão da produção agroecológica para todo o assentamento. A esse respeito o senhor Reginaldo menciona: “Eu uso adubo de gado que recebo dos vizinhos” (ASSENTADO DO ASSENTAMENTO CUNHA, ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR NO DIA VINTE E TRÊS DE ABRIL DE 2013). No mesmo sentido o senhor Otávio assevera: “Eu fiz troca de semente ano passado, de milho e feijão com o vizinho” (ASSENTADO DO ASSENTAMENTO CUNHA, ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR NO DIA VINTE E QUATRO DE ABRIL DE 2013). A transição para a produção agroecológica é fruto das redes políticas interna e externa ao assentamento. No gráfico 1 percebe-se que nesse processo, a maioria das famílias utiliza adubo de origem animal, proveniente da criação de galinhas e bovinos. Isso contribuiu para a autonomia relativa dos camponeses em relação aos insumos.

Segundo o PR do Assentamento Cunha (2011), nesse assentamento quarenta famílias utilizam adubação orgânica; vinte e três, plantio em nível; doze, rotações de cultura; onze, cobertura morta; sete, consórcios de cultivos e uma cerca viva. O esterco do rebanho bovino e dos galináceos, além da utilização tradicional, se tornou um componente importante da compostagem e do biofertilizante. Para isso, os assentados construíram galinheiros em piquetes, para melhor aproveitamento do adubo, apesar de parte da criação de galinhas ainda ser realizada solta. No gráfico 1 vê-se que o uso da compostagem é representativo e para a produção as famílias assentadas utilizam recursos locais, como a gramínea da variedade brachiária.

Esse aprendizado também ocorreu na produção de biofertilizante, que tem utilização significativa na olericultura. Quanto à adubação verde, dos dados do gráfico 1 não consta o plantio de feijão de corda e de arranque, mas somente de espécies utilizadas nas experiências da EMBRAPA, como: *Mucuna* cinza, preta, *Crotalaria* e *Guandu* anão. De acordo com os dados da pesquisa de campo, em torno de trinta e seis famílias plantam essas espécies de feijão. A adubação verde, se consideradas estas últimas duas culturas, está presente nas práticas agrícolas de quarenta famílias. Na foto 01 se observa o uso de adubo verde, com o plantio do amendoim forrageiro para a formação do pomar agroecológico.

Gráfico 1 – Município de Cidade Ocidental – Assentamento Cunha – Tipos de adubo utilizados pelas famílias assentadas, segundo os assentados entrevistados – 2013



Fonte: Pesquisa de campo – 2013 Organização: SILVA, Edson B. da.

O senhor João relata as vantagens dele no cultivo de espécies frutíferas: “Esse amendoim é muito bom, nunca vi dá tanta fruta. É brincadeira!!! Ano passado os galho de laranjeira e tangerina ficaro que não se aguentava de tão carregado. Ele tamém acaba com as ôta planta invasora” (ASSENTADO DO ASSENTAMENTO CUNHA, ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR NO DIA VINTE E TRÊS DE JANEIRO DE 2013). Altieri (2012) afirma que o cultivo de cobertura com adubo verde protege o solo da erosão, cria nichos para inimigos naturais das “espécies-praga”, aumenta a matéria orgânica do solo, cria interações benéficas entre espécies, com a fixação de nitrogênio no solo. Machado; Machado *et al.* (2011) acrescentam que os adubos verdes melhoram a estrutura física, química e biológica do solo e auxiliam no controle da vegetação espontânea.

Esses autores destacam ainda que no coletivo “Eldorado dos Carajás” foram instalados, entre 2004 e 2008, campos de produção de sementes de adubos verdes, com vistas à autossuficiência do assentamento e de outras comunidades de Goiás. Os camponeses participantes receberam cursos de formação, capacitação e orientação acerca dos benefícios, das funções, das formas de cultivo e de colheita dos adubos verdes, assim como sobre formas de armazenamento das suas sementes. Com isso, passaram a incorporá-los na produção de frutas. Os benefícios destes para o assentamento foram significativos, haja vista que os camponeses herdaram um solo compactado, envenenado e deteriorado. Também há o uso da cobertura morta como forma de adubo, controle da vegetação espontânea e conservação da umidade do solo. Alguns assentados relataram

que na capina realizam apenas o corte da parte aérea da vegetação espontânea. Esse processo é resultado da orientação da EMBRAPA, com a difusão da “capina seletiva”.

Foto 1– Assentamento Cunha- Ao fundo plantio de frutíferas com uso de amendoim forrageiro como adubo verde, (cobertura viva)

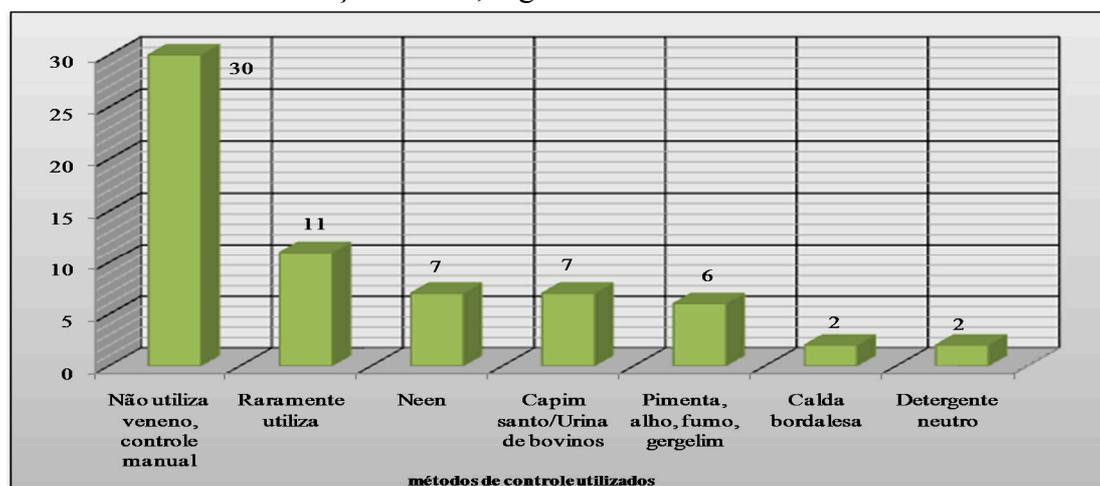


Autor: SILVA, Edson B. da. Jan. 2013.

Também priorizam o uso de rolo-faca e grades de disco que fazem o tombamento da vegetação espontânea, com cortes rasos no solo. Quanto ao uso de outras formas de adubo, como calcário, farinha de osso e bagaço de cana, a explicação está na ação da EMBRAPA e no conhecimento camponês. Já o uso do pó de rocha é fruto da rede de troca de conhecimento camponês-camponês. O assentado detentor dessa prática relatou que a aprendeu com um agricultor japonês. O gráfico 1, portanto, demonstra a autonomia apenas relativa dos camponeses em relação ao adubo, porque muitas famílias relataram que a produção própria não é suficiente para plantios extensos. Com isso, trinta e uma delas alegam recorrer também aos fertilizantes químicos e à aquisição de esterco produzido nas fazendas circunvizinhas.

A mesma realidade se observa no domínio dos métodos de controle das “espécies-praga” e da vegetação espontânea. No gráfico 2 se apresentam os mecanismos de controle utilizados pelas famílias assentadas. O manejo manual da lavoura e das áreas de pastagem, por meio da mão-de-obra familiar, com a utilização de instrumentos técnicos simples, representa a principal forma de controle nas gramíneas plantadas para pastagem e nas espécies agrícolas cultivadas.

Gráfico 2 – Município de Cidade Ocidental – Assentamento Cunha - métodos usados pelas famílias assentadas, no manejo de vegetação espontânea e de “espécies-praga”, nas culturas e na criação animal, segundo os assentados entrevistados – 2013



Fonte: Pesquisa de campo – 2013. Organização: SILVA, Edson B. da.

A adoção do princípio da agrobiodiversidade, de início no coletivo “Eldorado dos Carajás”, mas que se estendeu para todo o assentamento resultou na aproximação do equilíbrio do agroecossistema. Isso explica a afirmação de onze famílias para a rara utilização de qualquer método de controle. As relações intra e inter espécies criaram sinergias, complementaridades, que levaram ao controle natural da vegetação espontânea e principalmente das “espécies-praga”. Nesse sentido, em cerca de três a quatro parcelas foi abolida a capina do quintal, porque o plantio do amendoim forrageiro inibiu o crescimento da vegetação espontânea. Em outras propriedades o uso de métodos naturais de controle não é necessário, devido à criação de nichos ecológicos para predadores que controlam as “espécies-praga”. A agrobiodiversidade potencializou a autonomia dos camponeses em relação aos agrotóxicos.

O senhor João compara o uso anterior do espaço e o uso atual pela agricultura camponesa de base agroecológica: “O ambiente de hoje é completamente diferente, hoje tá tudo arborizado, já tem fruto produzino da época. Na época aqui num tinha nada, hoje já tem muita coisa. Pra quem viveu na ôtra época e viveu agora é incrível. Nós na questão do ecológico levemo seis ano da transição. De você fazê, consegui equilibrá o sistema. De ocê vê cobra, como no caso ontem, cê num matá a cobra, cê tirá ela do local porque ela pode dá trabalho.

Mas, ocê num vê um rato, cê num vê um. Nós convivemo com muito cascaveli, tinha demais, na época, cascaveli era muito cascaveli. Rato, então, era praga dentro dessas casa, rato então era terrível! Brincadeira!!! Era cada animal de rato que ocê ficava assustado, e hoje você, é engraçado, você não vê mais rato, ocê num vê em lugar nenhum. Hoje cê pode í lá que cê num acha um rato pra dizê onde tá os ôto, brincadeira!!! Cê acha alguma cobra, cobra cê acha, normal, mas rato cê num acha não. Que o pior, pior é o rato, e aí, é lógico, cê num mata a cobra pra num desequilibra o sistema. Porque se ocê tira o inimigo do rato é claro que ele vai ploriferá mais. Então cê tem que dexá os dois, um cabano com o outro. Nós num temo problema cum pulverização, o fungo é normal, por causa da umidade, o fungo é causado pela umidade, ocê equilibrô o sistema ocê num usa o pulverizadô”.

No relato, a implantação da agrobiodiversidade permitiu iniciar a transição agroecológica, um “novo” camponês se constitui, ele aprendeu a se beneficiar do uso de adubos verdes, das relações predador-presa e a utilizar de modo adequado a água na irrigação dos cultivos. Esse processo de apropriação de conhecimentos culminou no Assentamento Cunha e em mudanças na relação sociedade/natureza, como se pode observar na foto 02. Como mencionado na entrevista, na visita ao Assentamento Cunha no mês de dezembro de 2012 se presenciou uma prática pouco corriqueira. Na varanda da casa o senhor João narrava a formação do assentamento, quando dona Vera, sua esposa, alardeou que no galinheiro uma cobra estava devorando um frango. O senhor João se levantou e caminhou até o local. Nós o acompanhamos e ele pegou um cabo de enxada e, com ele, pacientemente trouxe a cobra até um tambor vazio de guardar óleo diesel, aberto, e a colocou nele; em seguida, o tampou com uma caixa utilizada para transporte de hortifrutigranjeiros.

Esse relato da pesquisa de campo demonstra que a agroecologia permite a reconstrução da relação sociedade/natureza. Há uma revisão da concepção mecanicista utilitarista, um rompimento com o conceito de natureza articulado pelo cristianismo e pela ideologia capitalista. Não se quer afirmar que todos os assentados do Assentamento Cunha se encontram na condição do senhor João, mas há um processo transformador com a agroecologia. Esta coloca em questão a forma hegemônica da relação sociedade/natureza. Porém a agrobiodiversidade no assentamento, todavia, ainda não é suficiente para extinguir o uso de métodos naturais de controle das “espécies-praga”. Desse modo, a relação com a Fundação Banco do Brasil e com a EMBRAPA, entre outras

organizações, associada ao conhecimento camponês foi importante para a apreensão e utilização de formas naturais de manejo das lavouras e criações.

Foto 02 – Assentamento Cunha - Cobra jiboia capturada para soltura



Autor: SILVA, Edson B. da. Dez. 2012.

De acordo com o PR do Assentamento Cunha (2011), seis famílias fazem controle biológico de insetos e fungos. No gráfico 2, se observa que as famílias utilizam a calda bordalesa, o detergente neutro, a pimenta, o alho, o fumo, o gergelim, além do neen, do capim santo e da urina de vaca. Segundo relatos dos assentados, o neen, árvore natural da Índia, funciona como repelente natural. O uso no assentamento é fruto da parceria do MST com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), essa última instituição forneceu as sementes, e os assentados construíram um viveiro onde formaram cerca de 400 mudas que foram plantadas nas parcelas e distribuídas para outros assentamentos em Goiás. Já a urina de vaca é utilizada tanto na adubação quanto para o controle das “espécies-praga”. Os outros métodos são resultado do diálogo do saber camponês com o conhecimento científico.

Não obstante, a precariedade da assistência técnica, a dificuldade de controle dos canais de comercialização e a diminuição da mão-de-obra familiar resultam na dificuldade do manejo manual da vegetação espontânea. Em torno de oito a dez famílias assentadas não conseguiram livrar-se totalmente dos agrotóxicos, principalmente herbicidas. Assim relata o senhor Hélio: “As vez a gente usa, num é bão não, mais nós num dá conta” (ASSENTADO DO ASSENTAMENTO CUNHA, ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR NO DIA VINTE E TRÊS DE ABRIL DE 2013). Há uma

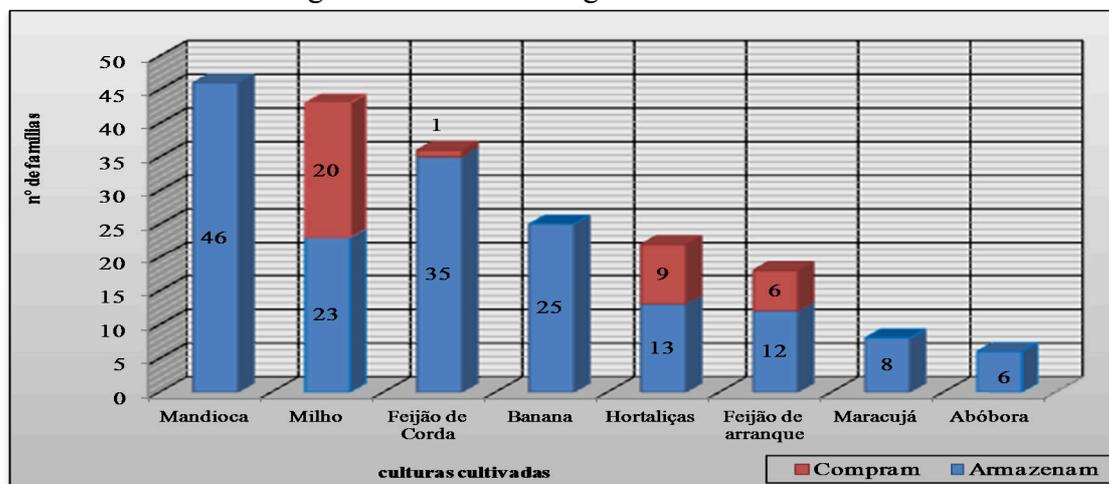
percepção dos malefícios dos agrotóxicos, mas a precariedade das políticas públicas para a agricultura camponesa submete as famílias à exploração das corporações multinacionais e aos malefícios causados pelos produtos.

Nos dados do gráfico 3, percebe-se também uma autonomia relativa em relação às sementes. As experiências da EMBRAPA Cerrados e Hortaliças/*campus* Planaltina, com campos de melhoramento participativo de variedades de semente de milho, de abóbora, de mandioca, de banana, de hortaliças e de feijão foram fundamentais para esse processo. Com isso, incentivou-se no assentamento a prática de armazenamento das sementes para o próximo plantio.

Nesse sentido, declara o senhor Severo: “Eu sempre procuro tê minha semente, desde a de milho, feijão, abóbora, coentro, salsa, jiló, quiabo” (ASSENTADO DO ASSENTAMENTO CUNHA, ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR NO DIA VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE 2013). Um dos membros do coletivo “Eldorado dos Carajás” reafirma a importância da rede política EMBRAPA/MST, para a autonomia quanto à semente: “Os projeto da EMBRAPA foi importante, porque deles o pessoal daqui tudo recebeu semente, o problema é que muita gente perdeu devido à dificuldade de armazená”.

Os assentados nordestinos e do Norte de Minas Gerais, entretanto, conservam o saber intergeracional de armazenamento das sementes do feijão de corda. Assim relata o senhor Joaquim: “Eu guardo a semente de feijão de corda, eu boto cera de abelha na boca da garrafa pet, aprendi essa técnica com meu pai”. (ASSENTADO DO ASSENTAMENTO CUNHA, ENTREVISTA CONCEDIDA AO AUTOR NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE 2013). O conhecimento camponês explica, portanto, a autonomia quase completa da semente de feijão de corda. Já no cultivo do milho, parte das famílias camponesas perderam os saberes tradicionais de armazenamento ou não tiveram acesso a ele em suas comunidades camponesas de origem. Machado; Machado *et al.* (2011), contudo, relatam que no projeto de melhoramento participativo do milho, realizado entre os anos de 2006 e 2009, houve a preocupação em orientar os assentados a conservar as sementes, por meio de bancos de sementes locais e de participação em feiras.

Gráfico 3 – Município de Cidade Ocidental – Assentamento Cunha – Domínio das sementes das culturas agrícolas cultivadas segundo os assentados entrevistados – 2013



Fonte: Pesquisa de campo – 2013 Organização: SILVA, Edson B. da.

Os dados do gráfico 3, entretanto, demonstram que nem todas as famílias assentadas se envolveram efetivamente com essa proposta. Esse processo é agravado pela fraca ascendência atual do MST no assentamento, já que esse movimento defende a autonomia da semente. Com isso, o fato é que os assentados declararam dificuldades de conservação da semente de milho, principalmente devido a doenças que a atingem. Não obstante, o domínio da semente amplia a apropriação da renda e aumenta a autonomia dos camponeses em relação às corporações multinacionais do agronegócio. Além do que, permite conservar a diversidade genética e as características que atendam aos próprios interesses.

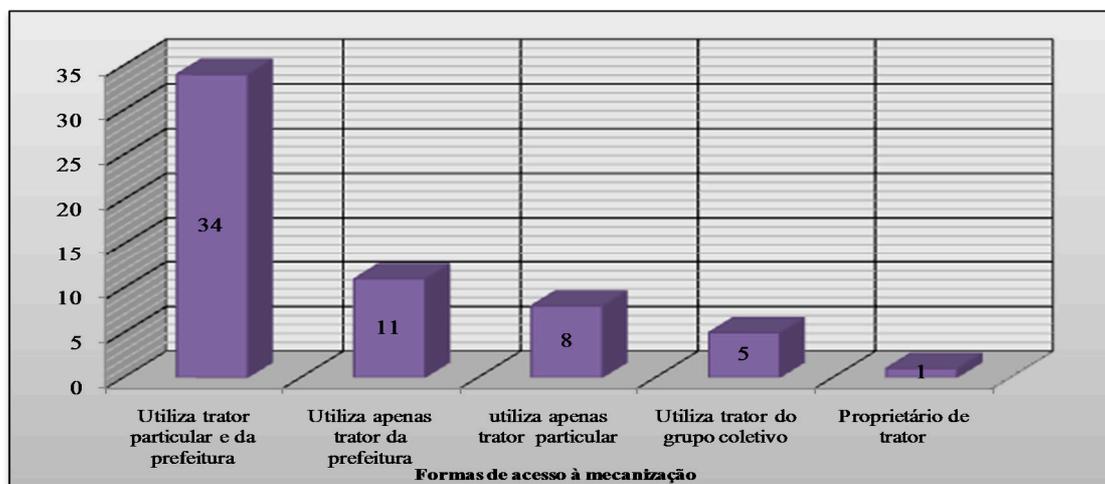
O desequilíbrio ecossistêmico, com ataques de “espécies-praga” como a vaquinha, oriundas principalmente do agronegócio limítrofe, territorializado no município de Cristalina, atinge as sementes de feijão de arranque. Parte das famílias tem dificuldades de conservá-las para a próxima safra. Nos relatos das famílias assentadas, ficou evidente a dificuldade de armazenar quantidades maiores de semente, casos do milho e do feijão de arranque. Quanto as sementes de banana e mandioca, há uma total independência das famílias assentadas, não somente pelo trabalho da EMBRAPA, mas também pelas redes políticas locais de troca camponesa. Nas pesquisas de campo se presenciou a troca de sementes-“manivas” e “mudas”-de mandioca e banana. O mesmo processo é válido para o domínio das sementes de maracujá e de abóbora.

A mandioca é a principal cultura comercial do assentamento, a autonomia desta semente tem importância significativa para as famílias assentadas. Segundo Fialho; Fukuda *et al.* (2011), na experiência de melhoramento participativo da mandioca na área

coletiva do Assentamento Cunha, entre 2005 e 2007, se priorizaram variedades locais e introduzidas. Concomitantemente, foram desenvolvidas atividades de conservação e adubação do solo, consorciação de mandioca com outras culturas agrícolas, manejo de doenças e pragas e possibilidades de uso da mandioca na alimentação animal, entre outras ações. No que se refere às hortaliças, como apresenta o gráfico 3, nem todas as famílias têm a autonomia da semente. Segundo Almeida; Freitas (2011) é preciso considerar as limitações climáticas para a criação de campos de produção.

Visto que existe uma ampla variedade de espécies. Estes ainda defendem a necessidade de uma estratégia em rede. Nesse contexto, com a BIONATUR, o MST busca esse objetivo para os assentamentos sob seu controle. Na discussão do controle dos insumos no Assentamento Cunha foi também objeto de análise o domínio de máquinas e implementos agrícolas pelas famílias assentadas. Autores como Machado (2009) defendem a abolição da mecanização na produção agroecológica, pela dependência dos combustíveis fósseis, enquanto outros advogam a diminuição do uso. Entretanto, tanto nas políticas estatais destinadas à agricultura camponesa, quanto nas pesquisas em agropecuária, se sobrepõe o interesse das grandes corporações multinacionais contra a eliminação de maquinários na agricultura.

O campesinato foi historicamente excluído do acesso à mecanização, isto é perceptível no Assentamento Cunha, de acordo com o gráfico 4 não é diferente, há um número representativo de famílias que dependem de máquinas do poder público municipal ou de proprietários particulares para realizar a preparação do solo. Na pesquisa de campo os assentados declararam que a prefeitura de Cidade Ocidental fornece quatro horas de aragem do solo. Contudo, esse trabalho é realizado somente com o pagamento de R\$ 25,00 a hora/máquina ou com o fornecimento de 50% do combustível. Mesmo assim, o baixo valor, quando comparado à hora/máquina de proprietários particulares, (na pesquisa de campo se constatou que esse valor era de R\$ 70, 00) compensa o dispêndio. A utilização do serviço oferecido, no entanto, esbarra em outras contradições. O senhor Otavio menciona: “Da prefeitura já vem passado de tempo, aí ocê têm de usá particular.”

Gráfico 4 – Município de Cidade Ocidental – Assentamento Cunha – Formas de acesso a mecanização pelas famílias assentadas, segundo os assentados entrevistados – 2013

Fonte: Pesquisa de campo – 2013 Organização: SILVA, Edson B. da.

Outro fator apontado pelas famílias é que as quatro horas são insuficientes para o preparo do solo e, por isso, a maior parte dos assentados utilizam de forma combinada os serviços do poder público municipal e particular. Mas as famílias menos capitalizadas só podem recorrer aos serviços públicos. Há uma aliança da prefeitura com as lideranças do Assentamento Cunha, porém a precariedade das políticas públicas ofertadas, principalmente a de mecanização, faz com que uma parcela das famílias utilize apenas os serviços particulares. Já no coletivo “Eldorado dos Carajás”, espaço em que a transição agroecológica se encontrava em estágio mais avançado, há a independência da mecanização. Um dos seus membros relata: “Hoje nós temos um tratorzinho, e a gente trabalha com rolo-faca, trabalha com uma gradizinha pequena”.

Todavia, não há no coletivo e nem no restante do assentamento debate sobre produção de tecnologia própria, sendo que essa discussão é recente nos próprios movimentos sociais. Nesse contexto, a pesquisa de campo comprovou que a apropriação coletiva do território pelo grupo “Eldorado dos Carajás” possibilitou maior controle dos meios de produção. Pois, no assentamento apenas um assentado é proprietário de trator com maior potência. Não obstante, ele declarou que sua máquina agrícola se encontrava com defeito e, devido ao alto custo, estava impossibilitado de consertá-la. Outros três entrevistados têm microtratores e os demais têm domínio apenas de instrumentos técnicos simples, sendo que alguns deles utilizam tração animal no cultivo das lavouras. A discussão, dessa forma, aponta que os assentados têm

autonomia relativa dos insumos, não sendo necessário comprá-los no mercado, o que reforça o caráter anticapitalista da agroecologia.

A autonomia dos meios de produção é fundamental para a reprodução camponesa, pois, como afirma Vergés (2011), o camponês, condicionado pela lógica de satisfação das necessidades familiares, ao comprar seus meios de produção no mercado se submete a valores superiores ao preço de produção. Nesse sentido, a burguesia obtém não somente o lucro médio, mas um rendimento extra de modo permanente. Há conseqüentemente uma relação de exploração do campesinato, com transferência de riquezas para a burguesia. Com isso, o acesso dos assentados aos insumos representa o fortalecimento da autonomia camponesa.

Considerações Finais

A análise dos projetos de produção agroecológica do Assentamento Cunha confirma que há “agroecologias”. Existe uma disputa (i)material, que culmina em compreensões e territorializações de propostas diferentes, fruto dos objetivos dispares dos seus atores. Nesse sentido, a Fundação Banco do Brasil defende a criação de uma classe média rural no campo, com a inserção acrítica no mercado da produção orgânica. Os alimentos agroecológicos devem ser destinados principalmente àqueles com médio e alto poder aquisitivo e não a todos os membros da sociedade. O sujeito eleito para gerir esse projeto é o agricultor familiar, o profissional da agricultura, despido do modo de vida camponês, sendo que a boa gestão, a eficiência, a adoção de boas práticas de organização da propriedade são suficientes para o sucesso do empreendimento.

Além do que, a centralidade na unidade PAIS, como forma de realização da produção agroecológica, cria o entendimento de que propriedades reduzidas são suficientes para a sobrevivência dos camponeses. Ao contrário da proposta institucional da organização anterior, o MST propõe a gestão coletiva do território e de seus recursos, a construção de alianças com organizações parceiras, a autonomia dos meios de produção, inclusive das sementes, o controle da assistência técnica, da educação voltada para os interesses dos camponeses, a organização de pequenos grupos cooperados, o domínio da cadeia produtiva, com a formação de agroindústrias próprias e a aliança com os trabalhadores urbanos. Portanto, trata-se de uma luta contra o agronegócio, porque questiona a quem devem servir os territórios camponeses. Mas, na correlação de forças o

MST enfrenta dificuldades para construir territórios com princípios socialistas cercados por um mar capitalista. Por isso, seus assentamentos são formas de resistência política à ação imperialista do capital.

Já os assentados, como atores da produção agroecológica, participam do processo como sujeitos portadores de conhecimentos agroecológicos. O fato é que a agroecologia está inserida na luta de classes e seu sentido tem sido disputado por diferentes sujeitos. No Assentamento Cunha, a despeito desta disputa, os assentados conquistaram o controle de parte das sementes, dos adubos, das formas de manejo das “espécies-praga” e da mecanização. Contudo, continuam indo ao mercado comprá-los, pois não os dominam na totalidade. Essa forma combinada de realizar as atividades produtivas, evidencia que a produção agroecológica contribui para a reprodução social do campesinato. Contudo, a realização completa da agroecologia esbarra nos limites impostos pelo capital. Isso porque o capitalismo tanto destrói, quanto monopoliza os territórios camponeses. Portanto, é fundamental reconhecer os limites desta, já que é parte do projeto, mas não o projeto de superação da sociedade capitalista.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o *habitus* de classe.** São Paulo: editora UNESP, 2006. 377 p.

ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de; FREITAS, Vinicius Mello Teixeira de. Produção Agroecológica de Hortaliças: A experiência do Assentamento Cunha. *In:* MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (Ed. Téc.). **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga: Com ênfase em comunidades rurais.** Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 354-376 p.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 400 p.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. *In:* ORTIZ, Renato (org.). **Sociologia.** (Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi). São Paulo: Ática, 1983. 48-81 p.

CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma abordagem territorial do Cerrado goiano. *In:* CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; SAQUET, Marcos Aurélio (orgs.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas.** São Paulo: Outras Expressões, 2012. 191-206 p.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em Defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: Compromisso com as Atuais e Nosso Legado para as Futuras Gerações. *In*: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 267-311 p.

CORREA, Ciro; MACHADO; Altair Toledo et. al (orgs.). Estratégias adotadas junto às Comunidades de Assentados de Reforma a Partir do Manejo da Agrobiodiversidade. *In*: MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (Ed. Téc.). **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga: Com ênfase em comunidades rurais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 100-143 p.

CORREIA, Ciro Eduardo. **O MST em Marcha para a Agroecologia: uma aproximação à construção histórica da Agroecologia no MST**. 2007. 61 p. Dissertação de Mestrado (Curso Master en Agroecologia: um enfoque sustentable de la agricultura ecológica)-Universidade Internacional de Andaluzia e Universidade de Córdoba, Espanha, 2006/2007.

COSTA NETO, Canrobert. Relações entre Agronegócio e Agroecologia no Contexto do desenvolvimento rural brasileiro. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 71-81 p.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável** (origens, perspectivas de um novo paradigma). São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178 p.

FABRINI, João Edmilson; MARCO, Valéria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 149 p.

FIALHO, Josefino de Freitas; FUKUDA, Wânia Maria Gonçalves et. al (orgs.). Melhoramento Participativo de Mandioca nas Condições do Cerrado: Estudo de Caso. *In*: MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (Ed. Téc.). **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga: Com ênfase em comunidades rurais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 282-313 p.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. www.fbb.org.br. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Brasília, Distrito Federal, Brasil. Acesso em: 20 set.2013.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. *In*: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 57-65 p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Plano de Recuperação do Assentamento Cunha, Cidade Ocidental-GO**. Cristalina: Rede Terra, 2011. 200 p.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 586 p.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital:** contribuição ao estudo econômico do imperialismo. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 415 p.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (orgs.). **Diagnóstico Participativo de Agroecossistemas na Área de Produção Coletiva do Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO:** agrobiodiversidade e práticas agroecológicas. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2007. 37 p.

_____. Manejo Agroecológico de Agroecossistemas em Comunidades Rurais e Assentamentos da Região Centro-Oeste com Ênfase nas Plantas de Cobertura: conceituação, síntese metodológica e experiências locais. *In:* MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (Ed. Téc.). **Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade nos Biomas Cerrado e Caatinga:** Com ênfase em comunidades rurais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2011. 316-351 p.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. As necessidades Humanas, os Saberes, a Utopia: A Agroecologia, os Cerrados e sua Proteção. *In:* BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. 235-266 p.

_____. Agrobiodiversidade. *In:* ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 46-51 p.

MANUAL DE CAPACITAÇÃO DA TECNOLOGIA SOCIAL PAIS - PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL. **Cartilha de Prática da Agroecologia.** Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009. 40 p. Disponível em: www.fbb.org.br. Acesso em: 08 set. 2013.

_____. **Cartilha de Associativismo e Cooperativismo Solidário.** Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009. 28 p. Disponível em: www.fbb.org.br. Acesso em: 08 set. 2013.

_____. **Cartilha de Comercialização.** Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009. 28 p. Disponível em: www.fbb.org.br. Acesso em: 08 set. 2013.

_____. **Cartilha de Empreendedorismo Solidário.** Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009. 20 p. Disponível em: www.fbb.org.br. Acesso em: 08 set. 2013.

_____. **Cartilha de Gestão do Sistema Produtivo.** Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2009. 28 p. Disponível em: www.fbb.org.br. Acesso em: 08 set. 2013.

MARTINS, Adalberto. A Agroecologia na Estratégia do MST como Parte da Contraposição ao Agronegócio. *In:* **Seminário da região Sul sobre a Agroecologia.** Porto Alegre: Setembro de 2012. 10 p.

MARX, Karl. Rascunhos da Carta à Vera Sassulitch de 1881. (Tradução de Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra). *In: Raízes*, Campina Grande, vol. 22, nº. 02, jul./dez. 2005. 110-123 p.

MOLINA, Manuel González de. Las experiências agroecológicas y su incidência en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política. *In: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 17-70 p.

ORTEGA, Laura Elena Trujillo; MIRANDA, César Ramírez et. al (orgs.). Agroecologia Y Desarrollo Rural en Mexico: bases agroecológicas, sistemas sostenibles y soberanía alimentaria. *In: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 101-140 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 266 p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. *In: Revista Nera*, nº 07, jul./dez 2.005, 21 p. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/nera. Acesso em: 15 Fev. 2013.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003. 240 p.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. (Tradução de Maria Angélica Pandolfi). São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. 339 p.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se negueia. – O campesinato como ordem Moral. *In: Anuário Antropológico*. Ed. UNB- tempo brasileiro, 1990. 71 p.

Recebido em 02/09/2014. Aceito para publicação em 13/02/2015.
--